Anja Bothe

Ruben Bahamonde

(ORG.)

Introdução ao Direito

para Gestores

COLECTÂNEA DE LEGISLAÇÃO

EXTRAÍDA A PARTIR DE:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA

LEI 74/98: PUBLICAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E FORMULÁRIO DOS DIPLOMAS

CÓDIGO CIVIL

CÓDIGO COMERCIAL

CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

CÓDIGO DO TRABALHO

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA

TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA

DECLARAÇÕES RELATIVAS A DISPOSIÇÕES DOS TRATADOS

2019

1ª Edição

LEGIT EDIÇÕESFICHA TÉCNICA:

INTRODUÇÃO AO DIREITO PARA GESTORES: COLECTÂNEA DE

LEGISLAÇÃO

ORGANIZAÇÃO: Anja Bothe, Ruben Bahamonde

CAPA & PAGINAÇÃO: Legit Edições

1ª Edição: Outubro, 2019

EDITOR: LEGIT EDIÇÕES ©

Rua de Santa Marta, 56

1169-023 Lisboa

Tel: 215 800 021

ISBN

Outubro 2019

DEPÓSITO LEGAL

A presente edição foi elaborada de forma rigorosa, de acordo com a

legislação em vigor e com a mesma grafia publicada em Diário da República, não

dispensando a consulta das fontes oficiais.

Esta obra foi redigida de acordo com o no1 da Resolução do Conselho de

Ministros no8/2011, de 25 de Janeiro, que estipula a sua aplicação a “(...) todos

os actos, decisões, normas, orientações, documentos, edições, publicações, bens

culturais ou quaisquer textos e comunicações, sejam internos ou externos,

independentemente do suporte, bem como a todos aqueles que venham a ser

objecto de revisão, reedição, reimpressão ou qualquer outra forma de

modificação”.

É proibida toda e qualquer reprodução desta obra sem autorização prévia

escrita do Editor.

Catalogação na Publicação

PORTUGAL. Legislação, 2019

Introdução ao Direito para gestores: colectânea de legislação / Anja Bothe,

Ruben Bahamonde; Prefácio: Arlindo Alegre Donário. ─ Lisboa: Legit

Edições, 2019. ─ 311p; 23cm

I - BOTHE, Anja

II - BAHAMONDE, Ruben

ISBN

CDU 342CONTEÚDOS

I. Constituição da República Portuguesa:

Artigos 1.º a 31.º, 52.º a 112.º, 119.º, 120.º, 133.º a 141.º, 147.º, 161.º a

168.º, 182.º a 205.º, 214.º, 219.º a 225.º, 235.º a 237.º, 242.º, 266.º a 268.º, 284.º

a 289.º

II. Lei N.º 74/98, de 11 de Novembro, sobre a publicação,

a identificação e o formulário dos diplomas

III. Código Civil

Artigos 1.º a 15.º, 66.º a 85.º, 122.º a 130.º, 138.º, 152.º a 168.º, 185.º,

202.º a 300.º, 334.º a 342.º, 348.º a 353.º, 362.º a 379.º, 397.º a 410.º, 424.º, 432.º

a 437.º, 441.º, 464.º, 472.º a 474.º, 483.º a 499.º, 512.º, 559.º, 562.º, 563.º, 571.º,

627.º, 656.º, 666.º, 686.º, 754.º, 772.º, 874.º, 875.º, 940.º, 980.º, 1022.º, 1023.º,

1129.º, 1142.º - 1146.º, 1152.º a 1158.º, 1185.º, 1186.º, 1207.º a 1210.º, 1248.º

a 1252.º, 1302.º a 1305.º, 1576.º a 1580.º, 1587.º, 2024.º, 2025.º, 2179.º a 2182.º

IV. Código Comercial

Artigos 1.º a 29.º

V. Código das Sociedades Comerciais

Artigos 1.º a 7.º

VI. Código do Trabalho

Artigos 1.º a 3.º, 11.º a 17.º, 89.º a 96.º-A, 404.º, 469.º a 476.º

VII. Tratado da União Europeia

Preâmbulo até ao artigo 25.º, 47.º, 48.º

VIII. Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia

Preâmbulo até ao artigo 6.º, 20.º a 67.º, 110.º, 114.º, 127.º, 128.º, 145.º a

150.º, 165.º, 168.º, 191.º a 193.º, 223.º a 225.º, 251.º a 295.º, 300.º a 311.º, 326.º,

352.º

IX. Declarações relativas a disposições dos Tratados

17. Declaração sobre o primado do direito comunitário

ÍNDICE DAS PARTES EXTRAÍDASPREFÁCIO.......................................................................................................................................... 13CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA................................................................ 17PREÂMBULO ......................................................................................................................................... 19  
Princípios fundamentais .................................................................................................................. 21  
PARTE I Direitos e deveres fundamentais................................................................................ 25  
Título I Princípios gerais........................................................................................ 25  
Título II Direitos, liberdades e garantias........................................................ 29  
Capítulo I Direitos, liberdades e garantias pessoais.............................................................29  
Capítulo III Direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores....................................32  
Título III Direitos e deveres económicos, sociais e culturais................. 35  
Capítulo I Direitos e deveres económicos...................................................................................35  
Capítulo II Direitos e deveres sociais.............................................................................................37  
Capítulo III Direitos e deveres culturais ......................................................................................42  
PARTE II Organização económica ................................................................................................ 47  
Título I Princípios gerais........................................................................................ 47  
Título II Planos........................................................................................................... 50  
Título III Políticas agrícola, comercial e industrial .................................... 51  
Título IV Sistema financeiro e fiscal ................................................................. 54  
PARTE III Organização do poder político ................................................................................. 57  
Título I Princípios gerais........................................................................................ 57  
Título II Presidente da República ...................................................................... 59  
Capítulo I Estatuto e eleição................................................................................................................59  
Capítulo II Competência........................................................................................................................59  
Capítulo III Conselho de Estado........................................................................................................63  
Título III Assembleia da República ................................................................... 63  
Capítulo I Estatuto e eleição................................................................................................................63  
Capítulo II Competência........................................................................................................................63  
Título IV Governo...................................................................................................... 70  
Capítulo I Função e estrutura.............................................................................................................70  
Capítulo II Formação e responsabilidade...................................................................................72  
Capítulo III Competência.......................................................................................................................74  
Título V Tribunais..................................................................................................... 77  
Capítulo I Princípios gerais..................................................................................................................77  
Capítulo IV Ministério Público...........................................................................................................78  
Título VI Tribunal Constitucional ...................................................................... 79  
Título VII Regiões Autónomas............................................................................. 81  
Título VIII Poder Local............................................................................................ 81  
Capítulo I Princípios gerais..................................................................................................................81  
Título IX Administração Pública......................................................................... 82  
Título II Revisão constitucional.......................................................................... 84  
LEI 74/98: PUBLICAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E FORMULÁRIO DOS DIPLOMAS.... 87CÓDIGO CIVIL .................................................................................................................................. 93LIVRO I PARTE GERAL....................................................................................................................106  
Título I Das leis, sua interpretação e aplicação..........................................106  
Capítulo I Fontes do direito..............................................................................................................106  
Capítulo II Vigência, interpretação e aplicação das leis...................................................107  
Capítulo III Direitos dos estrangeiros e conflitos de leis.................................................109  
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................109  
Título II Das relações jurídicas..........................................................................110  
SUBTÍTULO I: Das pessoas ........................................................................................110  
Capítulo I Pessoas singulares..........................................................................................................110  
SECÇÃO I: Personalidade e capacidade jurídica ....................................110  
SECÇÃO II: Direitos de personalidade .......................................................111  
SECÇÃO III: Domicílio .......................................................................................113  
SECÇÃO V: Menores e maiores acompanhados .....................................114  
SUBSECÇÃO I: Condição jurídica dos menores.................................114  
SUBSECÇÃO II: Maioridade e emancipação .......................................116  
SUBSECÇÃO III: Maiores acompanhados ............................................116  
Capítulo II Pessoas colectivas..........................................................................................................117  
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................117  
SECÇÃO II: Associações....................................................................................119  
SECÇÃO III: Fundações.....................................................................................119  
SUBTÍTULO II: Das coisas ..........................................................................................120  
SUBTÍTULO III: Dos factos jurídicos .....................................................................123  
Capítulo I Negócio jurídico................................................................................................................123  
SECÇÃO I: Declaração negocial .....................................................................123  
SUBSECÇÃO I: Modalidades da declaração ........................................123  
SUBSECÇÃO II: Forma .................................................................................123  
SUBSECÇÃO III: Perfeição da declaração negocial ..........................124  
SUBSECÇÃO IV: Interpretação e integração.......................................127  
SUBSECÇÃO V: Falta e vícios da vontade ............................................128  
SUBSECÇÃO VI: Representação...............................................................131  
DIVISÃO I: Princípios gerais................................................................131  
DIVISÃO II: Representação voluntária............................................132  
SUBSECÇÃO VII: Condição e termo........................................................134  
SECÇÃO II: Objecto negocial. Negócios usurários.................................136  
SECÇÃO III: Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico ...............137  
Capítulo II Actos jurídicos..................................................................................................................139  
Capítulo III O tempo e sua repercussão nas relações jurídicas ..................................140  
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................140  
SECÇÃO II: Prescrição.......................................................................................141  
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................141  
SUBTÍTULO IV: Do exercício e tutela dos direitos...........................................141  
Capítulo I Disposições gerais...........................................................................................................141  
Capítulo II Provas ...................................................................................................................................143  
SECÇÃO I Disposições gerais .........................................................................143  
SECÇÃO II: Presunções.....................................................................................144  
SECÇÃO III: Confissão .......................................................................................144  
SECÇÃO IV: Prova documental......................................................................145  
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................145  
SUBSECÇÃO II: Documentos autênticos ..............................................146  
SUBSECÇÃO III: Documentos particulares .........................................147  
LIVRO II DIREITO DAS OBRIGAÇÕES .......................................................................................151  
Título I Das obrigações em geral......................................................................151  
Capítulo I Disposições gerais...........................................................................................................151  
SECÇÃO I: Conteúdo da obrigação...............................................................151  
SECÇÃO II: Obrigações naturais ...................................................................152  
Capítulo II Fontes das obrigações.................................................................................................153  
SECÇÃO I: Contratos..........................................................................................153  
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................153  
SUBSECÇÃO II: Contrato-promessa.......................................................154  
SUBSECÇÃO IV: Cessão da posição contratual..................................154  
SUBSECÇÃO VI: Resolução do contrato ...............................................155  
SUBSECÇÃO VII: Resolução ou modificação do contrato por  
alteração das circunstâncias....................................................................................156  
SECÇÃO III: Gestão de negócios....................................................................156  
SECÇÃO IV: Enriquecimento sem causa....................................................157  
SECÇÃO V: Responsabilidade civil...............................................................157  
SUBSECÇÃO I: Responsabilidade por factos ilícitos .......................157  
SUBSECÇÃO II: Responsabilidade pelo risco.....................................161  
SECÇÃO II: Obrigações solidárias ................................................................161  
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................161  
SECÇÃO VII: Obrigações de juros.................................................................162  
SECÇÃO VIII: Obrigação de indemnização ...............................................162  
SECÇÃO II: Fiança ...............................................................................................163  
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................163  
SECÇÃO III: Consignação de rendimentos ...............................................163  
SECÇÃO IV: Penhor ............................................................................................163  
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................163  
SECÇÃO V: Hipoteca ..........................................................................................164  
SUBSECÇÃO I: Disposições gerais ..........................................................164  
SECÇÃO VII Direito de retenção ...................................................................164  
SUBSECÇÃO III: Lugar da prestação......................................................164  
Título II Dos contratos em especial.................................................................165  
Capítulo I Compra e venda................................................................................................................165  
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................165  
Capítulo II Doação..................................................................................................................................165  
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................165  
Capítulo III Sociedade ..........................................................................................................................166  
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................166  
Capítulo IV Locação...............................................................................................................................166  
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................166  
Capítulo VI Comodato..........................................................................................................................166  
Capítulo VII Mútuo.................................................................................................................................167  
Capítulo VIII Contrato de trabalho...............................................................................................168  
Capítulo IX Prestação de serviço...................................................................................................168  
Capítulo X Mandato...............................................................................................................................169  
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................169  
Capítulo XI Depósito.............................................................................................................................169  
SECÇÃO I Disposições gerais .........................................................................169  
Capítulo XII Empreitada.....................................................................................................................170  
SECÇÃO I: Disposições gerais ........................................................................170  
Capítulo XVI Transacção....................................................................................................................171  
LIVRO III DIREITO DAS COISAS ..................................................................................................173  
Título I Da posse......................................................................................................173  
Capítulo I Disposições gerais...........................................................................................................173  
Título II Do direito de propriedade.................................................................173  
Capítulo I Propriedade em geral ...................................................................................................173  
SECÇÃO I Disposições gerais .........................................................................173  
LIVRO IV DIREITO DA FAMÍLIA..................................................................................................175  
Título I Disposições gerais..................................................................................175  
Título II Do casamento..........................................................................................176  
Capítulo I Modalidades do casamento.......................................................................................176  
LIVRO V DIREITO DAS SUCESSÕES ..................................................................................177  
Título I Das sucessões em geral........................................................................177  
Capítulo I Disposições gerais...........................................................................................................177  
Título IV Da sucessão testamentária..............................................................177  
Capítulo I Disposições gerais...........................................................................................................177  
CÓDIGO COMERCIAL..................................................................................................................179Livro Primeiro Do Comércio em Geral .....................................................................................183  
Título I Disposições Gerais .................................................................................183  
Título II Da Capacidade Comercial e dos Comerciantes ........................184  
Capítulo I Da capacidade comercial ............................................................................................184  
Capítulo II Dos Comerciantes..........................................................................................................185  
Título III Da Firma ..................................................................................................186  
Título IV Da Escrituração ....................................................................................187  
CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS...........................................................................189Título I Parte geral..................................................................................................194  
Capítulo I Âmbito de aplicação.......................................................................................................194  
Capítulo II Personalidade e capacidade....................................................................................196  
Capítulo III Contrato de sociedade...............................................................................................197  
SECÇÃO I: Celebração e registo ....................................................................197  
CÓDIGO DO TRABALHO............................................................................................................199LIVRO I Parte geral ...........................................................................................................................205  
Título I Fontes e aplicação do direito do trabalho ...................................205  
Capítulo I Fontes do direito do trabalho...................................................................................205  
Título II Contrato de trabalho ...........................................................................207  
Capítulo I Disposições gerais...........................................................................................................207  
SECÇÃO I: Contrato de trabalho ...................................................................207  
SECÇÃO II: Sujeitos ............................................................................................208  
SUBSECÇÃO I: Capacidade.........................................................................208  
SUBSECÇÃO II: Direitos de personalidade .........................................208  
SUBSECÇÃO VIII: Trabalhador-estudante ..........................................209  
Título III Direito colectivo...................................................................................214  
SUBTÍTULO I: Sujeitos.................................................................................................214  
Capítulo I Estruturas de representação colectiva dos trabalhadores ....................214  
SECÇÃO I: Disposições gerais sobre estruturas de representação  
colectiva dos trabalhadores ..........................................................................................214  
Capítulo II Participação na elaboração de legislação do trabalho.............................214  
SUBTÍTULO II: Instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho............217  
Capítulo I Princípios gerais relativos a instrumentos de regulamentação colectiva  
de trabalho ............................................................................................................................................................217  
SECÇÃO I: Disposições gerais sobre instrumentos de regulamentação  
colectiva de trabalho ........................................................................................................217  
TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA ..........................................................................................219PREÂMBULO .............................................................................................................222  
Título I DISPOSIÇÕES COMUNS ........................................................................223  
Título II DISPOSIÇÕES RELATIVAS AOS PRINCÍPIOS DEMOCRÁTICOS..228  
Título III DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS INSTITUIÇÕES.........................229  
Título IV DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS COOPERAÇÕES REFORÇADAS.236  
Título V DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS À AÇÃO EXTERNA DA  
UNIÃO E DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS À POLÍTICA EXTERNA E  
DE SEGURANÇA COMUM................................................................................................237  
Capítulo 1 DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS À AÇÃO EXTERNA DA UNIÃO237  
Capítulo 2 DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS RELATIVAS À POLÍTICA EXTERNA E DE  
SEGURANÇA COMUM.....................................................................................................................................239  
SECÇÃO 1: DISPOSIÇÕES COMUNS .............................................................239  
Título VI DISPOSIÇÕES FINAIS .........................................................................240  
TRATADO SOBRE O FUNCIONAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA...............................243PREÂMBULO .............................................................................................................248  
PARTE I OS PRINCÍPIOS........................................................................................................249  
Título I AS CATEGORIAS E OS DOMÍNIOS DE COMPETÊNCIAS DA  
UNIÃO......................................................................................................................................249  
PARTE III AS POLÍTICAS E AÇÕES INTERNAS DA UNIÃO ......................................254  
Título I O MERCADO INTERNO.........................................................................254  
Título II A LIVRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS ................................255  
Capítulo 1 A UNIÃO ADUANEIRA.................................................................................................256  
Capítulo 2 A COOPERAÇÃO ADUANEIRA ...............................................................................256  
Capítulo 3 A PROIBIÇÃO DAS RESTRIÇÕES QUANTITATIVAS ENTRE OS  
ESTADOS-MEMBROS .....................................................................................................................................257  
Título III A AGRICULTURA E AS PESCAS......................................................258  
Título IV A LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS, DE SERVIÇOS E DE  
CAPITAIS................................................................................................................................261  
Capítulo 1 OS TRABALHADORES.................................................................................................261  
Capítulo 2 O DIREITO DE ESTABELECIMENTO..................................................................263  
Capítulo 3 OS SERVIÇOS.....................................................................................................................266  
Capítulo 4 OS CAPITAIS E OS PAGAMENTOS .......................................................................268  
Título V O ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA............270  
Capítulo 1 DISPOSIÇÕES GERAIS .................................................................................................270  
Capítulo 2 DISPOSIÇÕES FISCAIS.................................................................................................270  
Capítulo 3 A APROXIMAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES...............................................................271  
Título VIII A POLÍTICA ECONÓMICA E MONETÁRIA..............................272  
Capítulo 2 A POLÍTICA MONETÁRIA.........................................................................................272  
Título IX EMPREGO ................................................................................................274  
Título XII A EDUCAÇÃO, A FORMAÇÃO PROFISSIONAL, JUVENTUDE E  
DESPORTO ............................................................................................................................276  
Título XIV A SAÚDE PÚBLICA............................................................................277  
Título XX O AMBIENTE.........................................................................................279  
PARTE VI DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS E FINANCEIRAS..................................281  
Título I DISPOSIÇÕES INSTITUCIONAIS .......................................................281  
Capítulo 1 AS INSTITUIÇÕES...........................................................................................................281  
SECÇÃO 1: O PARLAMENTO EUROPEU.....................................................281  
SECÇÃO 5: O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA ...........282  
SECÇÃO 6: O BANCO CENTRAL EUROPEU ..............................................292  
SECÇÃO 7: O TRIBUNAL DE CONTAS.........................................................294  
Capítulo 2 ATOS JURÍDICOS DA UNIÃO, PROCESSOS DE ADOÇÃO E OUTRAS  
DISPOSIÇÕES.......................................................................................................................................................297  
SECÇÃO 1: OS ATOS JURÍDICOS DA UNIÃO .............................................297  
SECÇÃO 2: OS PROCESSOS DE ADOÇÃO DOS ATOS E OUTRAS  
DISPOSIÇÕES .......................................................................................................................299  
Capítulo 3 OS ÓRGÃOS CONSULTIVOS DA UNIÃO............................................................301  
SECÇÃO 1: O COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL........................................301  
SECÇÃO 2: O COMITÉ DAS REGIÕES ..........................................................302  
Capítulo 4 BANCO EUROPEU DE INVESTIMENTO............................................................304  
Título II DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS............................................................305  
Capítulo 1 OS RECURSOS PRÓPRIOS DA UNIÃO................................................................305  
Título III AS COOPERAÇÕES REFORÇADAS ................................................306  
DECLARAÇÕES RELATIVAS A DISPOSIÇÕES DOS TRATADOS................................309  
13  
PREFÁCIO  
A sociedade ou sistema social tem como elementos fundamentais a  
existência de seres humanos que visam a obtenção do bem-estar, felicidade ou  
utilidade, relacionando-se com os seus semelhantes e com a natureza.  
Deste modo, os elementos fundamentais que formam a sociedade são os  
sujeitos que a integram e as relações que estabelecem interactivamente, de  
forma sistemática em termos de interdependência, relações que se desenvolvem  
de forma dialética e que afectam todos os âmbitos da vida do ser humano,  
nomeadamente, o económico, o jurídico, o cultural, o político e o religioso, de  
forma não compartimentada, formando um todo holístico sobredeterminandose, ou seja, cada um destes âmbitos afecta todos os outros, com efeitos no nível  
de bem-estar do indivíduo.  
O Direito ou subsistema jurídico constitui uma das partes do todo que é o  
sistema social, expressando uma faceta homogénea da vida dos seres humanos  
nas suas relações de alteridade, individuais ou colectivas, potencialmente ou  
realmente conflitivas, conflitos que o Direito medeia através dos comandos  
jurídicos (ínsitos nos princípios e regras) de forma a que se atinja a eficiência e a  
justiça, ao lado de outros sistemas normativos como a ética e a moral- que são  
sistemas axiológicos ou de valores - mas com a sua especificidade da  
coercibilidade como característica que o distingue dos sistemas axiológicos.  
É através do conhecimento que se caminha em busca da verdade, o qual  
nos permite que nos afastemos da subjugação consentida, dado que nenhuma  
autoridade do homem pode estabelecer a verdade por decreto: pelo que nós  
devemos submeter-nos à verdade, dado que a verdade está acima de qualquer  
autoridade humana.  
Deste modo, a busca da verdade deve ser o móbil de cada um de nós,  
através sua vontade livre e não da submissão da nossa vontade às visões  
dominantes ou a submissão às pressões carismáticas de qualquer personalidade  
ou grupo.  
Como referia Confúcio, nos Analectos, “a diferença entre um homem nobre  
e um homem pequeno reside no facto de o homem nobre ser exigente com ele  
próprio e o homem pequeno ser exigente com os outros.”.  
O conhecimento não é como que uma porta aberta que transpomos sem  
esforço, exigindo não só a vontade, mas, necessariamente, exige também a acção  
de cada um de nós, dado que é pela prática que mostramos o poder do nosso  
pensamento.  
A interdependência científica entre o Direito, a Economia, a Gestão e  
outras áreas do conhecimento como instâncias intimamente inter-relacionadas  
14  
da vida do ser humano em sociedade, deve ter em consideração uma visão  
holística, consubstanciada na sobrederterminação de qualquer avanço no  
conhecimento, significando que não existe uma causa única com uma direcção  
unívoca, traduzida linearmente em causa efeito (como na geometria euclidiana),  
mas, ao contrário, existe uma interacção dialética entre todos os aspectos da  
sociedade, tendo em conta as circunstâncias que influem no curso dos  
acontecimentos, com efeitos directos e indirectos na vida de qualquer ser  
humano.  
Ao decidirmos focar a nossa atenção apenas numa ou em algumas causas,  
devemos ter consciência que os resultados da análise são incompletos e parciais.  
O ritmo de aceleração crescente da vida hodierna, em que as mudanças  
decorrentes da ciência e da técnica que alteram as estruturas da sociedade, com  
especial ênfase no mundo do trabalho, exige uma formação teórica geral e básica  
profunda ao nível do 1º ciclo do ensino superior, a fim de que o estudante, ao  
terminar este ciclo de estudos possa desempenhar funções no mercado de  
trabalho, com eficiência e eficácia, que não se podem reduzir a uma determinada  
especialidade.  
É hoje evidente que a incerteza do devir não permite que se façam  
previsões a médio e longo prazos com elevado grau de probabilidades, mas um  
profundo conhecimento permite que o ser humano se adapte com muito mais  
facilidade e eficácia a essas mudanças que estamos quotidianamente a viver.  
O Direito é um domínio do conhecimento essencial não só para os juristas  
em geral, mas para todos os que desempenham funções e ocupam posições nas  
empresas que requerem um mínimo de conhecimento jurídico a fim de que se  
decida e actue de forma a defender quer os direitos individuais de cada um e o  
cumprimento dos deveres quer os direitos e obrigações dos outros,  
nomeadamente das pessoas colectivas em que se está ou venha a estar inserido,  
de forma a actuar-se com eficiência e eficácia e em linha com a justiça a qual nos  
leva ao cumprimento dos deveres, mas nunca contra ela, pois a justiça não se  
reduz à legalidade, podendo existir leis iníquas contra as quais qualquer ser  
humano deve lutar.  
A disciplina de Introdução ao Direito visa que o estudante tenha uma visão  
global e integrada do sistema jurídico, daí que sejam estudadas nesta unidade  
curricular várias dimensões deste sistema, iniciando-se com o estudo de algumas  
normas da Constituição da República Portuguesa (CRP) que contêm comandos  
que têm a mais elevada hierarquia de normas dentro do sistema jurídico,  
significando que nenhuma norma de hierarquia inferior (Leis, Decretos-Lei,  
Decretos Regulamentares, Decretos Regionais das Regiões Autónomas) possa  
contrariar as normas constitucionais, levando a que as normas que violem as  
normas constitucionais possam ser declaradas nulas e, por conseguinte, não  
tenham eficácia, ou seja, não produzam efeitos.  
15  
Dentro das normas a estudar destaca-se, desde logo, o estabelecido no  
art.º 1º da CRP, quando se refere à dignidade humana da qual emergem os  
direitos fundamentais do ser humano, nomeadamente os previstos nos art.ºs  
24º, 25º, 26º e 31º deste diploma fundamental, os quais não têm preço nem  
equivalente, fazendo parte da esfera jurídica do ser humano como pessoa  
singular, mas não integrando o seu património, dado que este, o património, é  
constituído pelos direitos e obrigações avaliáveis monetariamente.  
O Código Civil é um conjunto de normas substantivas, muitas das quais  
são aplicáveis a outros ramos do direito, de forma directa ou subsidiária,  
nomeadamente, ao direito do trabalho e ao direito das sociedades comerciais.  
Por sua vez a legislação laboral, dominantemente incluída no Código do  
Trabalho, tem por objectivo regular os direitos e deveres entre os trabalhadores  
com contrato de trabalho e os empregadores, tendo a sua génese sido  
fundamentada nas relações assimétricas, em termos económicos e de poder,  
entre o trabalhador e o empregador, sendo o trabalhador a parte mais débil.  
Deste modo, muitas das normas do Código do Trabalho, visam que a  
dignidade humana dos trabalhadores por conta de outrém com contrato de  
trabalho, bem como os seus direitos fundamentais e de personalidade sejam  
respeitados, evitando a sua violação com base no poder de fonte económica ou  
de qualquer outra.  
As normas (princípios e regras) do direito do trabalho (com ênfase do  
Código do Trabalho) estabelecem limites mínimos quanto aos direitos dos  
trabalhadores por conta de outrém, nomeadamente quanto aos direitos  
fundamentais dos mesmos conexos com a sua personalidade e dignidade  
Com efeito, a maioria dos trabalhadores com contrato de trabalho recebe  
um salário ou retribuição como contrapartida da venda da sua força de trabalho  
(no mercado de trabalho), existindo sinalagmaticidade entre o salário e o valor  
da força de trabalho, salário que é o preço da sua força de trabalho, conforme o  
estipulado no art.º 11º do Código do Trabalho.  
Contudo, não existe sinalagmaticidade entre o valor da força de trabalho  
(força de trabalho que é um atributo específico e inerente à pessoa humana e  
nunca um atributo de uma pessoa colectiva) e o valor criado pelo trabalhador no  
processo produtivo dentro da empresa. O valor criado pelo trabalhador no  
processo produtivo é superior ao valor por ele recebido sob a forma de salário  
ou retribuição.  
O trabalho, como expressão de uma actividade humana, física e/ou  
intelectual, não é avaliável pecuniariamente, mas sim a força de trabalho ou  
capital humano como mercadoria transaccionada no mercado de trabalho.  
A maioria dos estudantes para quem foi organizada esta coletânea de  
textos legais irá desenvolver a sua actividade por conta de outrem ou como  
empresário, pelo que o conhecimento básico do Direito Comercial e do Direito  
16  
das Sociedades comerciais é fundamental para o entendimento do modo como  
são organizadas as sociedades comerciais nas suas variadas formas jurídicas.  
Destaquemos, também, a importância do conhecimento da União  
Europeia em que estamos inseridos, cujas directivas são, na sua maioria,  
integradas no ordenamento jurídico português.  
Por fim, quero agradecer à Professora Doutora Anja Bothe o convite que  
me fez para fazer este prefácio à coletânea de textos jurídicos, o qual aceitei com  
muita satisfação, coletânea que será de elevada utilidade para os estudantes –  
que são o fundamento da existência da Universidade Autónoma de Lisboa - a  
quem desejo que sejam felizes, sendo o conhecimento um dos factores mais  
importantes para alcançar uma vida que vale a pena.  
Lisboa, 24 de Outubro de 2019  
Arlindo Alegre Donário